

SINDSEF-SP

CSP
Condições

MULHERES ORIENTADAS
CSP

CONDSEF



contra **MACHISMO**

A SITUAÇÃO DA MULHER NA ATUALIDADE E O COMBATE AO MACHISMO

Em nossa sociedade a opressão da mulher se manifesta de diversas maneiras: na violência doméstica, na mercantilização do corpo da mulher, na dupla ou tripla jornada de trabalho, na falta de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres etc.

Neste boletim, o Sindsef-SP trás o debate sobre eixos centrais da questão de gênero no capitalismo.



A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É A FACE MAIS BRUTAL DO MACHISMO

A cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil e a cada 2 horas uma é assassinada. Em quase 70% dos casos quem espanca ou mata é o marido, ex-marido ou namorado da vítima. Abaixo alguns casos de maior repercussão.



Sandra Gomide, jornalista assassinada. Antônio Marcos Pimenta Neves, também jornalista e ex-namorado, assumiu o crime.



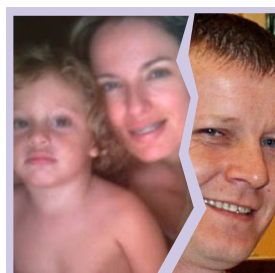
Eloá Pimentel, estudante mantida como refém e depois assassinada pelo ex-namorado Lindemberg Fernandes.



Eliza Silva Samudio, modelo assassinada. Bruno Fernandes, ex-goleiro do Flamengo, é o suspeito.



Mércia Nakashima, advogada assassinada. Mizael Bispo, ex-namorado, policial na época, é o suspeito.

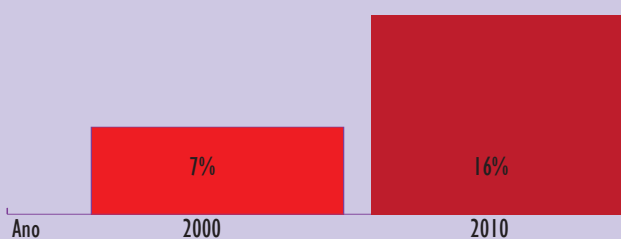


Márcia Calixto e seu filho de 5 anos assassinados pelo marido e pai da criança, o bioquímico Ênio Carnetti.

O país é o 7º que mais mata mulheres entre 84 que compõem o ranking da Organização Mundial da Saúde. São 4 assassinatos para cada grupo de 100 mil. Índices muito superiores à média internacional e inclusive da América Latina. E, apesar da Lei Maria da Penha ter sido promulgada há mais de 6 anos, a violência contra as mulheres, ao invés de diminuir, vem aumentando.

Ter uma mulher na presidência não trouxe nenhum avanço. Dilma Rousseff não fez nada para reverter este quadro.

Mulheres vítimas de assassinato em São Paulo



Juristas afirmam que a caricatura do programa da Rede Globo desrespeita o Estatuto da Igualdade Racial (lei 12.288) e reforça o preconceito contra a mulher negra, pobre e sem trabalho.

A mulher negra está entre as principais vítimas da violência doméstica. Os casos de violência contra mulheres negras são 45% maior do que entre brancas. A pobreza e discriminação a que estão submetidas são os fatores que mais influenciam para esses índices. Em muitos casos a dependência financeira impede que as vítimas se afastem de seus agressores.

A LEI MARIA DA PENHA E A FALTA DE RECURSOS

Todo o avanço que significou a Lei Maria da Penha está comprometido porque não há a contrapartida do Governo Dilma em políticas públicas que garantam sua aplicação.

Faltam delegacias especializadas, casas abrigo, centros de referência para o atendimento às mulheres vítimas de violência e outras medidas que dependem de investimento público.

Além de insuficientes, o atendimento e acolhimento oferecido às mulheres que sofrem violência, em muitos casos, são de péssima qualidade. Existem várias denúncias de vítimas assediadas por policiais no momento em que buscavam ajuda.

Entre 2007 e 2011, o governo federal destinou apenas R\$ 132 milhões nessa área, montante que ele próprio admite ser pouco. Desde 2009 esse valor vem caindo. De 2009 e 2011 a redução foi de quase 50%, demonstrando que a preocupação com o combate ao machismo e à violência contra as mulheres está longe de ser uma prioridade.

É preciso que haja mais investimento público também em iluminação nas ruas, sobretudo dos bairros mais pobres, construção de moradias dignas, sem matagal ao lado, e mais ônibus para diminuir a espera nos pontos, onde ocorrem mais abusos.

A MORTALIDADE MATERNA TAMBÉM É UMA VIOLÊNCIA

É de conhecimento internacional a peregrinação que muitas mulheres grávidas são obrigadas a enfrentar para receberem atendimento que nem sempre são de qualidade no Brasil.

O mesmo Estado que não garante as condições para as mulheres exercerem plenamente a maternidade sem risco para sua saúde ou uma “carga” a mais na sua vida, nega-lhes o direito de decidir se é hora ou não de serem mães.

Enquanto o aborto é criminalizado no Brasil, os índices de mortalidade materna são altíssimos. O país tem uma taxa cinco vezes maior do que as recomendadas pela ONU. Com base em informações do Ministério da Saúde,

estima-se que ocorrem entre 700 mil e 1.200 milhão abortos induzidos ao ano no país, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento.

Apesar de o aborto ser considerado a quinta principal causa de morte entre gestantes no Brasil, o Programa Rede Cegonha, lançado em março de 2011, pelo Governo Dilma com o objetivo principal de reduzir a mortalidade materna, não apresenta nenhuma política para a questão.

Estudos apontam que restrições ao aborto seguro não reduzem sua incidência, tampouco sua legalização aumenta a demanda. A consequência da legalização do aborto e sua realiza-

ção em condições seguras é a redução das complicações que atualmente tem tirado a vida de milhares de mulheres no país ou levado inúmeras a carreguem sequelas irreversíveis. Portanto, o aborto é uma questão de saúde pública.

Fechar os olhos para esses números é desumano e qualquer política séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando há comprovada queda desses índices em países onde o aborto já é seguro e descriminalizado.

Ao invés de criminalizar a escolha da mulher, o Estado deveria oferecer atendimento hospitalar público e de qualidade.

MULHERES SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

Até pouco tempo a mulher que trabalhava fora do lar era malvista. Aquela que conseguisse uma promoção era julgada como “vadia”, porque supostamente teria passado pelo “teste do sofá”.

Com a necessidade de complementação do orçamento doméstico e o avanço no debate sobre direitos iguais, as mulheres conseguiram ampliar a sua participação no mercado e, com isso, a “aceitação” de sua presença nos ambientes de trabalho. No entanto, o machismo é muito forte.

O setor público não foge à regra. Conforme o último boletim estatístico de servidores públicos federais,



disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, os setores mais precarizados (sem plano de carreira decente e conhecidos pelas péssimas condições de trabalho) são justamente aqueles em que o número de

mulheres ultrapassa o de homens. Isso não é mera coincidência. É segregação de gênero.

O assédio moral, tema já abordado pelo Sindsef-SP em diversos espaços, tem como alvo frequente as mulheres. São elas as principais vítimas tanto dessa violência de natureza psicológica quanto do assédio sexual. Geralmente o assédio sexual tem relação com o moral, especialmente quanto envolve ameaças, chantagens e insinuações sobre a competência ou caráter da vítima.

Desde maio de 2001 o assédio sexual é considerado crime punível com pena de detenção de 1 a 2 anos (art. 216-A do Código Penal).

A OPRESSÃO DA MULHER TAMBÉM SE MANIFESTA NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E NA DESIGUALDADE SALARIAL

Embora a violência contra as mulheres seja a face mais perceptível do machismo, é importante salientar que ele se manifesta também em outros aspectos de nossas vidas, como na precarização do trabalho e na desigualdade salarial entre homens e mulheres. As mulheres são as mais atingidas pelo desemprego, pela informalidade e pelos baixos salários.

A 6ª economia do mundo ocupa o 82º lugar no ranking da desigualdade entre os sexos, o pior desempenho entre os países da América Latina e abaixo de países como Albânia, Gâmbia e Vietnã. Um dos maiores problemas é a desigualdade salarial. Em nosso país, o salário das mulheres representa em média apenas 70% do salário dos homens e esse percentual é ainda mais

baixo entre as que possuem maior escolaridade.

Atualmente, 33% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, que apesar de provedoras do lar, não passaram a ter “salários de homens”. Esta situação obedece à lógica capitalista que diz que o emprego masculino sustenta a casa e o feminino é complementar. A reestruturação produtiva piorou a situação das mulheres, pois aumentou a terceirização e precarização de setores em que predominam a mão-de-obra feminina.

O Sindsef-SP defende aumento salarial para todos, salário igual para trabalho igual e garantia de pleno emprego para as mulheres, pois as desempregadas ou que ganham menos são as que mais sofrem violência.

DILMA NADA TÊM FEITO PARA REVERTER ESSA SITUAÇÃO

Dilma vetou a lei do salário igual para trabalho igual, e se nega a estender a licença-maternidade de 6 meses para todas as mulheres, trabalhadoras formais ou não. Além disso, quer mudar a legislação trabalhista para que os acordos coletivos especiais possam prevalecer sobre a CLT – o que pode ser um duro golpe para as trabalhadoras, porque os direitos relativos à proteção à maternidade, como licença-maternidade, hora-amamentação e estabilidade para gestantes seguramente serão os primeiros a serem retirados dos acordos.

CRISE FAVORECE A OPRESSÃO DAS MULHERES

A crise econômica mundial tem agravado ainda mais a situação das mulheres. São elas que mais frequentemente realizam trabalho extra para preencher as lacunas deixadas nas prestações de serviços básicos pelos governos.

Na Europa, por exemplo, o desmonte do estado de bem-estar social tem resultado numa crescente exploração do trabalho gratuito realizado pelas mulheres na esfera doméstica e familiar.

No Brasil, o corte de verbas nas áreas sociais, repercute diretamente na vida mulheres. Do mesmo modo, o recente ataque, tanto do governo federal como de vários governos estaduais e municipais, aos salários e benefícios dos servidores públicos puxa para baixo o nível de vida do conjunto das mulheres. Afinal, elas são a maioria entre os trabalhadores do setor.



A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

Por conta da ideologia machista – que atribui à mulher a obrigação “natural” de cuidar dos filhos, maridos e dos afazeres domésticos, independente de trabalhar fora – as mulheres sofrem com a dupla jornada de trabalho. Mais que isso, muitas têm uma tripla jornada, porque além de trabalhar dentro e fora de casa, ainda estudam.

Segundo dados do IBGE, enquanto elas gastam em média 25 horas por semana em afazeres domésticos, os homens gastam 10. O resultado é que somando as jornadas fora e dentro de casa, as mulheres trabalham mais.

Essa “naturalização” da obrigação das mulheres com as tarefas domésticas beneficia o capitalismo, porque desobriga os patrões e o Estado dessas responsabilidades. Por essa lógica, não é necessário construir restaurantes, creches e lavanderias públicos. A mulher faz todas as tarefas em casa e trabalha de graça para o sistema. Isso precisa acabar.

A FALTA DE CRECHES DIFICULTA A VIDA DA MULHER TRABALHADORA



Charge: Pedrinho - Jornal de Negócios

Diariamente, milhares de mulheres, principalmente as mais pobres, são obrigadas a deixar seus filhos sob os cuidados de parentes, irmãos mais velhos ou vizinhas que, como denunciou o jornal O Globo em sua versão online de 22/04/11, num misto de solidariedade e necessidade “olham” crianças em espaços apertados e sem a mínima infraestrutura, por preços que variavam de R\$ 150 a R\$ 200 reais por mês. Isso quando os salários médios dessas mesmas mães giravam em torno de R\$ 600. Portanto, pagar para “olhar” significava reduzir expressivamente uma renda já bastante apertada.

O problema não é só do poder público. Empresas também não garantem creches por locais de trabalho. Pela lei, empresas com mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos devem garantir creche interna ou conveniada ou pagar o auxílio-creche. Porém, uma pesquisa elaborada pela empresa Hewitt Associates aponta que apenas 3% oferecem creches às suas funcionárias, enquanto 43% optam pelo auxílio-creche. Isso significa que 54% das empresas não oferecem nenhum tipo de benefício para as mães.

Para piorar, nenhuma das 6.427 creches prometidas por Dilma durante sua campanha entrou em funcionamento.

No serviço público as mães recebem o auxílio-creche que, somado ao baixo salário do setor, é insuficiente para pagar um local de qualidade para os filhos.

Atualmente, para resolver o déficit de vagas na Educação Infantil, é necessário construir 70 mil creches com capacidade para 120 alunos a um custo de R\$ 740 mil cada uma totalizando R\$ 51,8 bilhões. Parece muito, mas é bem menos do que o Dilma vai gastar com a Copa do Mundo de 2014, cujo gasto previsto é de R\$ 70 bilhões.

A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DA MULHER É PARTE DA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO

A luta contra todas as formas de opressão, incluindo a opressão machista é parte da luta contra a exploração capitalista.

É importante que as trabalhadoras se organizem de forma independente, com um programa que ultrapasse as tarefas democráticas e aponte também para a superação do capitalismo.

Nesse sentido, o Movimento de Mulheres em Luta (MML) tem se mostrado uma verdadeira alternativa de direção para as mulheres, ao organizar as trabalhadoras, apontando que a saída fundamental para os problemas das mulheres é a luta pela revolução socialista.

Por outro lado, a luta contra o machismo é uma tarefa de todos, homens e mulheres. Apesar do aparente benefício que a opressão machista traz aos homens, na realidade, esta fortalece o capitalismo e enfraquece o conjunto da classe trabalhadora. Cada vitória das mulheres no combate a opressão, cada direito democrático conquistado significa um golpe ao sistema.



PELA CRIAÇÃO DE SECRETARIAS ESPECIAIS NOS SINDICATOS PARA COMBATER AS OPRESSÕES

Os sindicatos classistas, que lutam pelo fim da exploração dos trabalhadores, têm obrigação de incluir o combate à toda forma de opressão como parte de suas tarefas cotidianas.

Isso, na prática, pode ser refletido na criação de secretarias especiais (mulheres, negros, LGBT, etc.) que possam ajudar na organização dos setores oprimidos em cada local de trabalho, fomentando a consciência de que a luta contra o machismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia e outras formas de opressão é parte da luta pela melhoria da vida de todas e todos, ou seja, pela emancipação humana.

Neste sentido, a diretoria do Sindsef-SP, defendeu na última plenária estatutária do sindicato a criação da secretaria de luta contra as opressões.

É o Sindsef-SP fazendo sua parte pelo fim das opressões!